

Extinção de juízes classistas é aprovada em primeiro turno

Emenda constitucional muda a organização da Justiça do Trabalho: reduz número de ministros do TST, institui varas do Trabalho no lugar das juntas de conciliação e julgamento e mantém pelo menos um TRT em cada estado



No primeiro turno de votação, os senadores decidiram, também, que os atuais juízes classistas poderão exercer seus mandatos até o fim

O plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional que extingue a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. O texto acolhido, com votos favoráveis de 56 senadores, é o substitutivo do senador Jefferson Péres a proposta apresentada em 1995 pelo então senador Gilberto Miranda. Os senadores aprovaram uma alteração no substitutivo, ao acolher emenda do senador Álvaro Dias reduzindo o número de ministros do Tribunal Superior do Trabalho de 27 para 17. No lugar das atuais juntas de conciliação e julgamento, são previstas varas do Trabalho, ocupadas por juízes singulares. Os estados continuarão tendo pelo menos um tribunal regional do Trabalho. A alteração constitucional deverá ser votada em segundo turno antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3

CPI DO SISTEMA FINANCEIRO

Mercadante diz que bancos lucraram R\$ 10 bilhões

CPI DO JUDICIÁRIO

Abdalla denuncia venda de alvarás de soltura



Desembargador acusado de vender liberação de presos

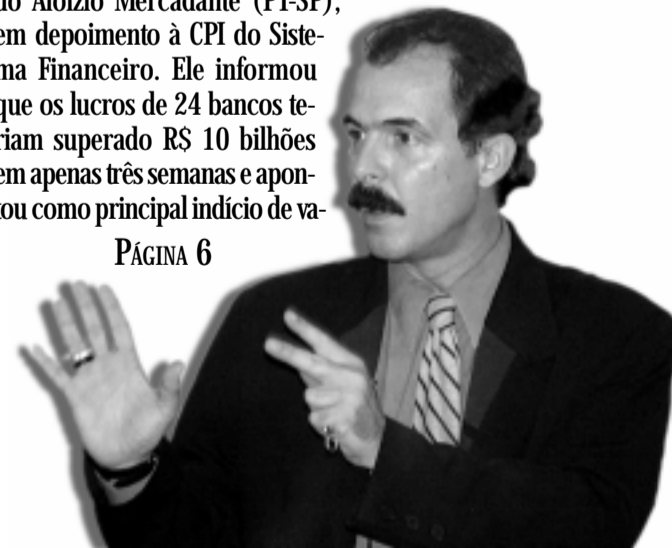
Dois depoentes na CPI do Judiciário acusaram ontem o corregedor-geral de Justiça do Amazonas de expedir alvarás de soltura de presos de forma irregular. O advogado Abdalla Isaac Sahdo Júnior foi mais longe: disse que se trata de um esquema de corrupção.

PÁGINAS 4 E 5

“É muito difícil detectar os responsáveis pelo vazamento de informações, mas os indícios são claros”, afirmou ontem o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), em depoimento à CPI do Sistema Financeiro. Ele informou que os lucros de 24 bancos teriam superado R\$ 10 bilhões em apenas três semanas e apontou como principal indício de va-

zamento o volume de negociações e as mudanças de posição no mercado futuro de dólar um dia antes da mudança no câmbio.

PÁGINA 6



Mercadante garante que “o grosso do ganho dos bancos saiu dos cofres do Tesouro Nacional, que negociou através do Banco do Brasil”

CAS discute mudanças na vigilância sanitária

PÁGINA 3



Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária falou à comissão presidida pelo senador Osmar Dias

Reforma política não foi discutida

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino Maia (PFL-RN), concedeu na reunião de ontem vista coletiva para os quatro projetos que tratam da reforma político-partidária. Essas matérias já têm pareceres favoráveis dos relatores, senadores Sérgio Machado (PSDB-CE), Edison Lobão e Jefferson Péres (PDT-AM).

Três dos projetos da reforma política são terminativos na CCJ. Eles dispõem sobre o Código Eleitoral, a proibição do acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo no rádio e na TV para partidos que sem representação nacional e a ampliação do prazo de filiação partidária. O quarto projeto, que não é terminativo, devendo ainda passar pelo plenário, proíbe a reeleição de prefeitos.

Também foi concedida vista coletiva para o projeto do Executivo que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e para o projeto que dispõe sobre serviços notariais e de registro.

Os senadores encaminharam diretamente ao plenário requerimento de Ramez Tebet (PMDB-MS), consignando voto de congratulações para a atriz Fernanda Montenegro e o diretor do filme *Central do Brasil*, Walter Sales.

LDO receberá emendas até quarta-feira

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, deferiu ontem a solicitação do presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, deputado Lael Varella, prorrogando até a próxima quarta-feira os prazos de apresentação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano 2000.

Varella alegou que a prorrogação tornou-se necessária porque a audiência pública para esclarecimentos a propósito da matéria, em que foi ouvido o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, só pôde ser realizada na terça-feira passada.

CCJ acolhe projeto que agiliza trabalho do STF

Projeto a ser enviado ao plenário disciplina o processo e o julgamento de ações que tratam da constitucionalidade de matérias junto ao Supremo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), aprovou ontem parecer favorável ao projeto de iniciativa do Executivo que disciplina o processo e julgamento de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF). O projeto será submetido ainda à deliberação do plenário.

O relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), disse que a medida vai proporcionar mais rapidez no julgamento das ações pelo STF e também que o assunto seja indeferido pelo tribunal, por liminar, quando as petições forem consideradas ineptas, improcedentes ou não fundamentadas. O projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, veda a intervenção de terceiros no processo e autoriza que outros titulares do direito de apresentação da ação direta junto ao STF possam manifestar-se por escrito sob o objeto da ação, solicitar documentos úteis para o exame da matéria e apresentar memoriais.

Em seu parecer, Bernardo Cabral observou que a matéria inova em vários aspectos. "Entre outras inovações, o projeto admite a cautelar em ação declaratória de constitucionalidade, o que determinará que os juízes e tribunais sus-



Cabral (C) lembrou que matéria inova em vários aspectos, tornando possível julgamento definitivo das ações de inconstitucionalidade em até 180 dias

pendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até o seu julgamento definitivo, que deverá ocorrer no prazo de 180 dias", afirmou.

Quanto à decisão do tribunal na ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade, Cabral observou que foi mantida a norma regimental do STF que exige, para o julgamento dessas ações, a presença de pelo menos oito ministros na sessão. A decisão final sobre as ações só deverá ser estabelecida com a manifestação de pelo menos seis ministros.

O STF poderá, de acordo com o projeto, restringir os efeitos da declaração de inconstitucionalidade ou estabelecer

que ela tenha eficácia a partir do seu trânsito em julgado ou outro momento fixado. Essa deliberação deverá ser tomada, segundo Cabral, pela maioria de dois terços dos membros do tribunal.

O relator destacou ainda que o projeto, em seu artigo 30, contém um "útil dispositivo", no sentido de promover o controle concentrado de constitucionalidade no Distrito Federal, que é o único lugar do país, segundo Cabral, onde não é possível fazer esse controle por falta de legislação sobre o assunto. No DF, observou Cabral, existe atualmente um grande número de causas na Justiça local, sendo a maioria de servidores públicos contra as mudanças na economia e na previdência.

TCU poderá ter prazo para apreciar contas

O Tribunal de Contas da União (TCU) deverá julgar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República durante o período em que este estiver exercendo o mandato e não mais após, como ocorre atualmente, segundo estabelece projeto de lei da Câmara que teve parecer favorável aprovado ontem pela CCJ.

A proposta, de autoria do deputado Jorge Anders, tem como relator o senador Edison Lobão (PFL-MA). "O projeto avança estatuinto similar forma de tratamento temporal no julgamento das

contas dos administradores e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário", afirma o relator.

A CCJ aprovou também parecer do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) favorável ao projeto de decreto legislativo que susta os efeitos de uma nota expedida pelo Ministério da Infra-Estrutura, em março de 1992. A nota instituiu a elaboração de um relatório por uma comissão especial, a ser entregue

ao presidente da República, para apurar a situação dos garimpeiros de Serra Pelada, no Pará, com vistas a resolver os conflitos existentes na região.

Outra matéria aprovada pela comissão foi o parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) ao projeto de lei da Câmara que autoriza o Executivo a reverter em favor da Sociedade Japonesa de Santos, em São Paulo, o imóvel situado na Rua Paraná, em Santos. Todos os pareceres aprovados pela comissão deverão ser submetidos ao plenário.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Preside sessão não deliberativa
- ▶ 14h30 - Participa da Convenção Nacional do PFL
- Seminários: "Cenários da Economia Brasileira no ano 2000" e "Globalização Partidária". Espaço Cultural da Câmara dos Deputados
- ▶ 17h45 - Recebe Hugo Chávez Frías, presidente da República da Venezuela

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão não deliberativa
- Sexta-feira (7.5.99)
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

- ▶ 9h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: *PLC nº 44/98, que dispõe sobre a ligação rodoviária no Plano Nacional de Viação, no extremo norte, nos estados do Pará e Maranhão; *Requerimento nº 06/99, que requer, nos termos do art. 90, incisos IX, XIII e § único, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam remetidas a esta comissão as fitas contendo as gravações das conversas entre os operadores dos principais centros de operações de sistema na hora do blecaute, ocorrido no dia 11/3/99 e, se possível, as devidas transcrições; *Requerimento nº 07/99, que requer, nos termos do art. 58, § V, da Constituição federal, combinado com o art. 90, V, X, XIII, § único do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas a depor nesta comissão os operadores dos principais centros de operação de sistemas que estavam de serviço na hora que ocorreu o blecaute do dia 11/3/99. Requer ainda que sejam requisitados os arquivos de dados que registravam a ocorrência e que são gravados nos principais centros de operações do país; *PLS nº 166/98, que altera a Lei nº 9.691, de 22/7/98, que altera a tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472, de 16/7/97, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 08/95, e dispõe sobre as taxas de fiscalização de instalação e de funcionamento de serviços de radiodifusão de sons e imagens educativa; e *PLS nº 58/99, que acrescenta dispositivo ao Capítulo V da Lei nº 4.117, de 27/8/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

- ▶ 10h - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Depoimentos do presidente da BM&F, Manoel Felix Cintra Neto; e do vice-presidente, Ney Castro Alves. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

- ▶ 10h - CPI do Judiciário
Pauta: Depoimento dos juízes José Victorio Moro e Délvio Buffulin, do TRT-SP. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprova em 1º turno extinção de juizes classistas

Proposta de emenda constitucional, que reduz número de ministros do TST, deverá ser votada em segundo turno antes de seguir para a Câmara

Com 56 votos a favor, dez contra e quatro abstenções, o plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional (PEC) que extingue a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. O substitutivo aprovado, do relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Jefferson Péres (PDT-AM), foi modificado por emenda do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) reduzindo o número total de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de 27 para 17. A emenda recebeu 64 votos favoráveis do plenário, um contra e uma abstenção.

A proposta, cuja versão original foi apresentada em 1995 pelo então senador Gilberto Miranda, ainda depende de votação em segundo turno pelo Senado para ser enviada à apreciação da Câmara dos Deputados.

Pelo texto aprovado, quatro artigos da Constituição referentes à Justiça do Trabalho serão modificados para cumprir a finalidade de extinguir a figura do juiz classista – os artigos 111, 113, 115 e 116. Um dos artigos, o 117, deverá ser revogado. O TST passará a ser



No plenário, os senadores acolheram, com emenda de Álvaro Dias, o substitutivo de Jefferson Péres que modifica organização da Justiça do Trabalho

composto por 17 ministros togados e vitalícios, 11 deles escolhidos dentre juizes dos tribunais regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho.

VARAS DO TRABALHO

No lugar das atuais juntas de conciliação e julgamento, a PEC prevê a instituição das varas do Trabalho, cujas jurisdições serão exercidas por juizes

singulares. Nas comarcas em que isso não ocorrer, a jurisdição caberá aos juizes de direito. Os estados e o Distrito Federal continuarão tendo pelo menos um tribunal regional do Trabalho.

Os atuais ministros e juizes classistas temporários do TST, dos TRTs e das juntas de conciliação e julgamento poderão cumprir seus mandatos integralmente, após o que os cargos serão transformados em cargos de ministros e juizes togados e vitalícios.

No debate, argumentos a favor e contra

Antes aprovar a emenda que extingue a figura do juiz classista, inúmeros senadores se manifestaram pelo fim desse cargo na Justiça trabalhista, sendo poucos os que defenderam a sua manutenção. O maior número de argumentos para eliminar essa figura do direito brasileiro foi apresentado pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM), relator da matéria.

– Nunca votei de forma tão consciente quanto hoje – afirmou Jefferson, dizendo-se convencido de que está do lado dos interesses do país e anunciando que votaria pela extinção do cargo, sobretudo em razão de “sua desnecessidade”.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), que defendeu a manutenção dos juizes classistas, disse que sua posição estava embasada numa ampla análise da Justiça trabalhista. Ela argumentou que a justiça paritária é a mais barata, até porque os classistas recebem por cada sessão de julgamento, ao contrário dos vitalícios.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) definiu a extinção dos classistas como a primeira contribuição do Senado para a reforma do Judiciário. Ele disse que a votação era resultado de uma polêmica que perdura desde a Constituinte, quando não foi possível tomar essa decisão.

Álvaro Dias (PSDB-PR) esclareceu que, atualmente, não se encontra no mundo nada semelhante aos juizes classistas da Justiça trabalhista brasileira.

Osmar Dias (PSDB-PR) considerou fundamental o plenário levar em conta



Para Jefferson, relator, juizes classistas são desnecessários



Freire: Senado dá primeira contribuição à reforma do Judiciário

a falta de serventia desses juizes. Arlindo Porto (PTB-MG) alegou que a preocupação da maioria dos senadores em evitar custos para o país deverá ser lembrada na hipótese de terem, mais tarde, que votar a criação de cargos para a Justiça trabalhista, em razão de os juizes terem ficado assoberbados de trabalho após a extinção dos classistas.

INUTILIDADE

Eduardo Dutra (PT-SE) argumentou que todos os trabalhadores que já enfrentaram a Justiça trabalhista conhecem a inutilidade dos classistas. Sebastião Rocha (PDT-AP) disse estar preocupado com o fato de os defensores da extinção dos classistas serem os mesmos que apóiam o fim da Justiça do trabalho.

Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que, ao extinguir os classistas, o Senado dá um passo rumo ao desconhecido.

Falando como líder do PT, Marina Silva (PT-AC) disse que esses juizes têm funcionado mais como um empecilho

à representação legítima dos trabalhadores, visto que não cumprem o papel a eles destinado pela lei.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) argumentou que, se entendesse que a eliminação do juiz classista contribuiria para melhorar a Justiça do Trabalho, votaria com a maioria do plenário. “Mas não estou convencido”, afirmou.

Geraldo Cândido (PT-RJ) declarou que, durante mais de 20 anos, foi dirigente sindical e que nunca viu eficácia na ação do juiz classista. Ele pregou o fim também do Tribunal Superior do Trabalho.

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que nada o convence de que a supressão do juiz classista vai melhorar a Justiça do Trabalho. Ele alegou que se o Senado impusesse algumas exigências na escolha desses juizes talvez agisse de forma mais eficaz.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) propôs que o Senado enviasse a tese de extinção dos classistas para a Câmara para inseri-la no trabalho de reforma do Poder Judiciário. Ademir Andrade (PSB-PA) também posicionou-se contra a extinção do classista.

Pedro Simon (PMDB-RS) considerou desnecessária toda a discussão do Senado em torno dos classistas. Em sua opinião, a Câmara poderá engavetar esse projeto e tornar inútil todo o trabalho realizado no Senado.

CAS discute problemas da vigilância sanitária

Durante audiência pública realizada ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS), Gonzalo Vecina Neto, defendeu uma ampla e profunda reestruturação do setor. Ele disse que a vigilância sanitária está desalinhada para cumprir suas responsabilidades junto à sociedade e por isso deve manter os seus objetivos, mas adotar outra estratégia. A mudanças não devem limitar-se apenas à atualização da legislação, disse Vecina, em resposta a uma pergunta do presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR).

– A legislação está defasada, faltam recursos, há descontinuidade administrativa e não existe uma política de salários – afirmou.

Um exemplo da desatualização da legislação veio à tona com a discussão sobre os alimentos transgênicos. Vecina afirmou que, sem sintonia das leis com os fatos da realidade contemporânea, os consumidores continuarão a ser prejudicados. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) informou a Vecina que a CAS aprovou requerimento de sua autoria para a realização de um seminário sobre clonagem e alimentos transgênicos, que deve contribuir para atualizar a legislação.

Respondendo a pergunta do senador Tião Viana (PT-AC), sobre as medidas que a área de saúde pretendia tomar em relação ao uso do DDT, Vecina disse que “esse é um problema da maior gravidade”. O senador lembrou que os Estados Unidos, apesar de proibir o uso do produto internamente, continuam a exportar cerca de um bilhão de toneladas do inseticida para o resto do mundo. O senador elogiou a sinceridade de Gonzalo Vecina, que admitiu desconhecer as providências das autoridades em relação ao DDT, argumentando que

está no cargo há pouco tempo.

No entanto, como médico sanitário e estudioso de aspectos da política de saúde, Tião Viana antecipou que está preparando projeto de lei proibindo o uso do DDT em território brasileiro, bem como exigindo a realização de um estudo do governo federal sobre o impacto do produto nas águas e territórios onde foi ou é empregado. Ele lembrou que esse inseticida produz distúrbios sérios no homem (ataca o sistema nervoso e provoca cegueira) e na natureza (comprometeu as águas do mar Ártico e ameaçou de extinção a águia da espécie *bald*, entre outros danos) e que cerca de 115 países já assinaram documento condenando a sua utilização.

SERVIDORES

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) levou ao presidente do ANVS a apreensão de antigos funcionários do Departamento de Vigilância Sanitária com a contratação de servidores sem concurso público. Vecina lamentou que não exista a carreira de vigilante no Brasil, explicando que, por isso, as contratações – cerca de 60 – foram feitas sem concurso público, mas atendendo a critérios de capacidade funcional.

Vecina disse que a ausência da carreira de vigilante é um dos nós para a solução dos problemas do setor. A única possibilidade que a legislação atual permite, segundo ele, é a contratação através do PNUD, das Nações Unidas, por um período máximo de três meses, com salários de R\$ 1.800,00, o que dificulta a permanência de bons técnicos na agência. Segundo ele, a solução deverá vir através de projeto que está sendo preparado pelo Executivo e que em breve será enviado ao Congresso.

Também participaram dos debates as senadoras Marluce Pinto (PMDB-RR) e Maria do Carmo (PFL-SE).

Gonzalo Vecina lamenta a desatualização da legislação, a falta de recursos e a descontinuidade administrativa



Advogado denuncia esquema de venda de alvarás de soltura

Desembargador do Amazonas é acusado de “estar por trás” da exigência de dinheiro para conceder a libertação de presos

O advogado Abdalla Isaac Sahdo Júnior denunciou ontem à CPI do Judiciário um esquema de venda de alvarás de soltura no Amazonas. Ele acusou o desembargador Daniel Ferreira da Silva, do Tribunal de Justiça do estado, de estar por trás do esquema. Trata-se de “um desembargador corrupto”, afirmou o advogado.

Abdalla contou que um cliente seu, o traficante Firmino Vicente Caldas, tentou intermediar a soltura de dois traficantes colombianos, Carlos Escobar e Ramiro Arango. A intermediação teria ocorrido porque ambos não falavam bem o português. Firmino orientou-os a pagar R\$ 30 mil ao chefe da Divisão Judiciária do TJ-AM, Antonio Carlos Santos Reis.

O dinheiro foi pago, mas o alvará saiu em nome de outro preso, o também traficante Altamiro Câmara Filho, motivo pelo qual Firmino é agora cobrado pelos traficantes. Sempre de acordo com seu relato, o dinheiro foi entregue a Santos Reis pela irmã de Firmino, Gerita Carvalho Caldas.

Abdalla ressaltou que o alvará foi expedido em 22 de abril de 1998. Menos de duas semanas depois, o desembargador expediu mandato de prisão contra o mesmo Altamiro, a quem mandara soltar pouco antes. Segundo o advogado, Daniel Ferreira da Silva acusou Santos Reis de ter falsificado sua assinatura, acusação desqualificada por exame grafotécnico.

Segundo o advogado, todos os alvarás foram expedidos a pedido da advogada Maria José Menescal, esposa do juiz da 4ª Vara Criminal de Manaus, José Carlos Menescal. E foram concedidos contrariando parecer do Ministério Público.

Abdalla citou também a carta do traficante Charles Rodrigues endereçada ao chefe da Procuradoria da República no Amazonas, Sérgio Lauria, na qual ele relata que a advogada lhe cobrou R\$ 21 mil para tirá-lo da prisão.

Segundo Abdalla, a esposa e a tia do preso foram, no carro da advogada, até a casa do desembargador, de onde saíram com o alvará, posteriormente cassado pelo tribunal.

Outros alvarás, acrescentou, foram concedidos pelo desembargador aos traficantes Edmilson Cruz e José Juraci Lucas. O alvará em favor deste último teria saído, inclusive, três dias antes do pedido para a soltura do preso.

O advogado relatou ainda o caso de um açougueiro que tentou três *habeas corpus*. Os dois primeiros, feitos por um advogado de Manaus e outro de São Paulo, foram negados.

O terceiro, impetrado por Maria José Menescal, foi atendido pelo desembargador Daniel. “O único fato novo foi o de ter sido defendido pela advogada Maria José”, afirmou Abdalla.

Segundo Abdalla Júnior, além do desembargador, o esquema envolve a mulher de um juiz e o chefe da Divisão Judiciária



Magistrado teria duas casas e quatro automóveis

Ao responder pergunta do senador Djalma Bessa (PFL-BA) sobre sinais de riqueza manifestados pelo desembargador Daniel Ferreira da Silva, o advogado Abdalla Isaac Sahdo Júnior afirmou, durante seu depoimento, que esses sinais existiam “a olhos vistos”.

Segundo o depoente, o desembargador tem duas casas, mantém na garagem de sua residência quatro automóveis e deu à filha um carro de presente de aniversário.

O relator da CPI, Paulo Souto (PFL-BA), indagou se a comercialização de alvarás continua existindo no Amazonas. O advogado respondeu que as denúncias na imprensa e a atuação do Ministério Público levaram à interrupção da prática – embora tenha dito posteriormente, respondendo ao senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que o Ministério Público não tomou qualquer medida em relação ao fato, à exceção de um dossiê não formalizado.

Abdalla acrescentou que o novo presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, José Batista Vital Pessoa, deter-

minou que todos os alvarás de soltura fossem comunicados a ele.

O senador Paulo Souto enfatizou que o Poder Judiciário cassou a maioria dos alvarás expedidos irregularmente, conforme relato do próprio advogado.

O presidente da CPI, senador Ramez Tebet, perguntou se foi feita também perícia grafotécnica com relação à assinatura do desembargador no alvará de soltura do traficante Altamiro Câmara Filho. A resposta foi negativa.

O senador Maguito Vilela quis saber quais as providências tomadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Abdalla afirmou que apenas recentemente a Comissão de Ética da entidade começou a investigar as atividades de Maria José Menescal.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) esclareceu que não se inscreveu para questionar o depoente porque tem parentes na Justiça do Amazonas e isto poderia comprometer sua isenção no caso. Fez questão, porém, de permanecer durante toda a reunião da CPI.

Ex-presidentes depõem hoje

Os ex-presidentes do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, José Victório Moro (gestão 1992-1994) e Délvio Buffulin (gestão 1996-1998), são os dois depoentes de hoje na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de irregularidades

no Poder Judiciário. Eles foram os sucessores do ex-presidente Nicolau dos Santos Neto, acusado de ter elevado seu patrimônio pessoal com a obra de construção da sede do TRT-SP. A reunião será realizada às 10h, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

Jucá pede investigação na Justiça de Roraima

Uma investigação sobre a Justiça de Roraima foi solicitada pelo senador Romero Jucá (PFL-RR) à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no âmbito do Poder Judiciário. Segundo ele, as ilegalidades em seu estado são ainda piores que as encontradas no Amazonas.

O senador afirmou que as denúncias no estado, feitas por desembargadores contra outros desembargadores, envolvem até assassinatos de índios, o que é crime federal. Lembrou que o promotor Edson Dantas já entregou “farta documentação” à CPI.

O presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que mais de mil denúncias já chegaram à comissão, o que faz necessário um exame minucioso de todos os documentos obtidos para dar primazia às questões que devam ter prioridade.

Afirmou que a denúncia referente ao Amazonas é muito grave, por envolver a comercialização de alvarás de soltura para traficantes.

Tebet fez uma advertência ao advogado Abdalla Isaac Sahdo Júnior, que

iniciou seu depoimento na CPI com um caso de Humaitá (AM), envolvendo o juiz Hugo Fernandes Levi Filho. O fato, que envolvia cobranças indevidas de custas judiciais, não fora previamente apresentado à comissão.

– Esta comissão não pode ser pega de surpresa. A CPI não pode atuar fora de seus limites. Se formos atender ao que acabei de ouvir, sem nenhuma documentação, iremos transformar esta CPI em um tribunal de denunciamento, o que não é o nosso objetivo. Neste caminho, nem em cinco anos vamos terminar nosso trabalho – afirmou Tebet, pedindo ao depoente que se ativesse ao assunto em pauta, a venda de alvarás de soltura a traficantes no Amazonas.

A partir de perguntas dos senadores, o advogado tentou trazer outro tema que não havia exposto previamente aos integrantes da CPI, sobre um concurso para a magistratura realizado pelo Tribunal de Justiça do Amazonas. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) argumentou que o assunto principal era por demais grave para que a CPI se ativesse a denúncias paralelas.

O relator e o presidente da CPI, senadores Paulo Souto e Ramez Tebet



Documentos serão enviados à CPI do Narcotráfico

Por requerimento do senador José Agripino (PFL-RN) aprovado ontem, os documentos entregues pelo advogado Abdalla Isaac Sahdo Júnior e pelo procurador Osório Barbosa Sobrinho serão encaminhados à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico no país.

Para fazer essa solicitação, o deputado Robson Tuma (PFL-SP), membro daquela comissão, esteve ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito

que investiga irregularidades no Poder Judiciário.

Agripino pediu que sejam encaminhadas à Câmara principalmente cópias dos alvarás de soltura expedidos pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas Daniel Ferreira da Silva. Os senadores suspeitam que tais documentos tenham sido comercializados.

José Agripino foi quem pediu o encaminhamento da documentação



Procurador acusa desembargador e advogada

Osório Barbosa Sobrinho afirma na CPI que o corregedor-geral de Justiça do Amazonas expediu alvarás de soltura de forma irregular. “Não houve só erro grosseiro, houve algo mais”, garante

O corregedor-geral de Justiça do Amazonas, desembargador Daniel Ferreira da Silva, expediu alvarás de soltura para pelo menos nove presos, disse o procurador regional da República, Osório Barbosa Sobrinho, em depoimento ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário. Segundo Osório, nesses casos e em outros três a advogada Maria José Menescal, ou seu sócio, teria atuado para conseguir a liberação dos detentos, havendo, inclusive, indícios de que ela patrocinava a venda dos alvarás.

A competência do desembargador para ordenar a soltura dos presos foi questionada tanto pelo depoente quanto pelos senadores membros da CPI. Para Osório, ao cassar a prisão de traficantes, o corregedor teria assumido atribuições que seriam das câmaras criminais. Para o relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), o tráfico de entorpecentes é de competência da Justiça Federal e a soltura dos presos por um ato do corregedor da Justiça estadual trata-se de um “erro grosseiro” de direito.

– Não só houve erro grosseiro, mas houve algo mais – completou o depoente, informando que a advogada é esposa de um magistrado que foi titular da Vara de Execuções Criminais da Justiça amazonense.

Osório revelou ao relator da CPI que a Polícia Federal, com autorização judicial, gravou conversas em que a advogada oferece a detentos a possibilidade de libertá-los. Além disso, nas gravações, Maria José Menescal precisa a data em que o preso será

postado em liberdade, apesar de não fazer menção ao desembargador.

FALSIFICAÇÃO

Em seu depoimento, o procurador afirmou ter sido instado em 22 de outubro passado, pela Justiça Federal, para tomar providências, visto que di-

versos presos pela prática de crimes de alçada federal tinham sido colocados em liberdade pelo desembargador. Naquela época, disse Osório, a ação da Corregedoria havia sido criticada pelos seus pares de tribunal, classificada como “perigosa” e anulada em diversas oportunidades.

A evolução do caso levou o presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador José Baptista Vidal Pessoa, a enviar ofício, em março passado, ao diretor da penitenciária do estado, Antônio Chicre Neto, determinando, sob pena de responsabilidade, que “nenhuma liberação de preso à disposição da Justiça estadual possa ser efetuada sem que, antes, seja comunicada a esta presidência, evitando-se invasão de competência”. Para o relator da CPI, só faltou ter acrescentado “a exemplo do que aconteceu anteriormente”.

Acusado de favorecer o tráfico, o corregedor defendeu-se em matéria

publicada pelo jornal *O Globo*, afirmando: “Minha assinatura no alvará está falsificada ou *scanneada*. Ainda não mandei periciar.” Todavia, explicou Osório, segundo a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, os procuradores não podem investigar magistrados. Dessa forma, o depoente disse não poder pedir a perícia no documento.

Segundo o procurador, o Judiciário do Amazonas é “pródigo em atitudes reprováveis, moral ou legalmente. Lá, disse, “o nepotismo é praticado às escâncaras”.

Osório denunciou ainda concurso para juiz substituto do TJ do estado em que o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) teria analisado prova de seu colega de escritório, que teria sido aprovado. No mesmo concurso, o desembargador Daniel Ferreira da Silva, também membro da comissão organizadora, era sogro de um dos aprovados.

– Os tribunais são ilhas, fortalezas, onde não se pode penetrar. Os desembargadores, ao assumirem seus cargos, tornam-se deuses. Todos os poderes estatais têm falhas, mas o Judiciário tem mais que os outros. Juizes inescrupulosos usam a instituição como escudo – disse o procurador.



Procurador Osório Barbosa Sobrinho diz que corregedor teria assumido atribuições das câmaras criminais

Para senadores, apuração deve incluir estados

Ao final da reunião de ontem, senadores membros da CPI do Judiciário declararam-se convencidos de que o Senado deve investigar fatos ocorridos nos tribunais estaduais, a exemplo da denúncia de irregularidade na Justiça do Amazonas.

O senador José Agripino (PFL-RN) acredita que os senadores não devem limitar os trabalhos da CPI, principalmente no que diz respeito à Justiça comum. “A opinião pública vai cobrar trabalho completo”, disse. Para o senador potiguar, os membros da comissão precisam encontrar formas de promover um melhor encaminhamento de fatos contra o Judiciário. Agripino ressaltou a falta de fiscalização sobre os atos de magistrados. “É a segunda vez na CPI que depoentes se referem a membros do Ju-



Geraldo Althoff: CPI tem que continuar ousando



Djalma Bessa: proposta de mudanças ao final dos trabalhos



Maguito Vilela: juizes colocam-se acima do bem e do mal

dicário como divinos ou imperiais”, afirmou.

Para o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), a CPI tem que continuar ousando e quebrando paradigmas. Na sua opinião, em casos como o do Amazonas, a Justiça estadual tem que ser investigada. “Estou convencido que a reforma do Judiciário vai sair. Temos que fazer com que o cidadão brasileiro possa participar dessa reforma”, frisou.

o fato de os alvarás de soltura expedidos pelo corregedor da Justiça amazonense terem sido expedidos sem a devida instrução do Ministério Público.

Para o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), com os depoimentos de ontem ficou claro que as denúncias contra magistrados não provocaram efeitos práticos. “Chegamos à conclusão de que os juizes e desembargadores colocam-se acima do bem e do mal”, afirmou.

Comissão está cumprindo finalidade, diz Tebet

Ao encerrar a reunião de ontem, o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que a CPI não se afastou da lei e que está cumprindo sua finalidade.

– É preciso ousar dentro de limites que não extrapolem as determinações legais. Agora, é impossível a uma CPI deixar passar em branco absurdos como esses que foram apurados nesta reunião – afirmou o presidente da CPI, referindo-se às denúncias de comercialização de alvarás de soltura na Justiça do Amazonas.

Nesse caso específico, Tebet acredita que não haja qualquer conflito de competência da CPI, já que a comissão apura irregularidades relacionadas a denúncias de que presos federais foram liber-

tados por atos ilegais da justiça estadual. Para Tebet, esta é a primeira vez que a sociedade toma conhecimento do que acontece nos três Poderes da República e não apenas no Executivo e no Legislativo.

– A sociedade tem que exercer esse papel fiscalizador. E o Congresso Nacional está agindo no sentido de pedir a mudança da situação atual, em que o Judiciário não é fiscalizado – afirmou o presidente da CPI.

O senador ponderou que o excesso de denúncias que chegam à CPI pode atrapalhar os trabalhos de investigação. Na sua opinião, os senadores têm que centrar seus trabalhos nas denúncias que se mostrarem mais relevantes. Tebet anunciou ainda que os resultados serão encaminhados ao Ministério Público para as devidas providências. “Com o nosso acompanhamento”, completou.

ACM quer conclusão dentro do prazo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu na manhã de ontem que as duas comissões parlamentares de inquérito em atuação na Casa terminem seus trabalhos dentro do prazo originalmente fixado para seu funcionamento, que é de 120 dias.

– Excepcionalmente, pode-se prorrogar o prazo, mas as CPIs têm que trabalhar para encerrar suas atividades em 120 dias – disse o senador, lembrando que, para prorrogação, terá que ser ouvido o plenário do Senado.

Antonio Carlos recebeu na residência oficial da presidência do Senado, para um café da manhã, o ministro da Fazenda, Pedro Malan. “Falamos de algumas medidas sobre as quais o Congresso deverá se pronunciar, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma medida provisória que deverá ajudar os municípios e a Lei Kandir”, explicou o senador.

A respeito da evolução da crise econômica internacional, Antonio Carlos destacou ter percebido no ministro da Fa-

zenda “muita tranquilidade e satisfação com a recuperação da economia”. Apesar de a crise brasileira ainda não ter sido superada, acrescentou, “o quadro está melhor”.

Com relação à possível convocação de Malan pela CPI dos Bancos, o presidente do Senado assinalou o interesse do governo em colaborar com os trabalhos da comissão, por meio do ministro da Fazenda “ou qualquer outro membro”.

– Ele tem reiterado que, quando for necessário, virá, mas até agora esse comparecimento é julgado desnecessário – enfatizou.



Antonio Carlos recebeu o ministro da Fazenda para o café da manhã

PF toma depoimentos em Manaus

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário aprovou ontem requerimento do relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), para que cinco citados nas suspeitas de venda de alvarás de soltura na Justiça do Amazonas sejam ouvidos pela Polícia Federal em Manaus.

Entre eles estão a advogada Maria José Menescal, acusada de intermediar a liberação de traficantes, e o chefe da Divisão Judiciária do TJ, Antônio Carlos Santos dos Reis, apontado pelo corregedor-geral da Justiça do Amazonas, desembargador

Daniel Ferreira da Silva, como responsável pela falsificação dos alvarás.

Na opinião do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), a CPI não deve convocar os acusados para depor no caso. “Se eles quiserem, devem pedir para vir se defender”, argumentou.

Na reunião de ontem, a CPI aprovou outro requerimento de Paulo Souto, ordenando a quebra do sigilo bancário e fiscal da empresa CHJ, que vendeu uma mansão no Guarujá ao ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, Nicolau dos Santos Neto.

Mercadante: 24 bancos lucraram R\$ 10 bilhões

Deputado afirma à CPI do Judiciário que instituições ganharam com desvalorização do real em relação ao dólar mas admite ser “muito difícil” identificar responsáveis pelo possível vazamento de informações

O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou ontem à noite, em depoimento de mais de três horas à CPI do Sistema Financeiro, que 24 bancos apresentaram mudanças de posição no mercado futuro de dólar justamente um dia antes da mudança no regime cambial brasileiro. De acordo com

o deputado, o volume das negociações, que teria possibilitado lucros de mais de R\$ 10 bilhões em apenas três semanas no mercado futuro, constitui indício de vazamento de informações privilegiadas:

– É muito difícil detectar os responsáveis pelo vazamento, mas os indícios

são claros – salientou.

Mercadante disse também que entre essas instituições existem algumas que, segundo ele, mudaram de comportamento de maneira inexplicável também no mercado de dólar à vista. “O grosso do ganho desses bancos saiu dos cofres do Tesouro Nacional, que negociou através do Banco do Brasil”, afirmou.

O deputado disse que as operações de venda de dólar pelo Banco do Brasil desrespeitaram o estatuto da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), que impede que uma única instituição seja responsável por mais de 15% dos contratos negociados na instituição. “O Banco do Brasil operou 69,7%”, denunciou.

De acordo com o depoimento, as

instituições financeiras utilizaram quatro tipos de operações para lucrarem com a desvalorização cambial: mercado à vista, mercado futuro, negociações com títulos da dívida pública, atrelados ao dólar, e os fundos de investimento no exterior. Este último mecanismo mereceu especial atenção no depoimento. Mercadante informou que alguns fundos, que chegaram a obter lucros de até 1.000%, foram utilizados para a transferência de recursos ao exterior sem o recolhimento de impostos:

– Por que alguns fundos têm um rendimento tão expressivo; por que alguns têm apenas um cotista, ou não informam os nomes dos cotistas? Esses podem ser mecanismos de evasão fiscal – questionou.

O deputado apresentou também um levantamento da Receita Federal que indica que 42,4% dos 61 maiores bancos do Brasil não pagaram Imposto de Renda em 1998. Mercadante acrescentou que 25,8% destes bancos pagaram menos de 1% de suas receitas a título de imposto de renda.

Após o depoimento Aloizio Mercadante sugeriu medidas com o objetivo de evitar acontecimentos como estes:

– Além de discutirmos a dependência econômica do país, é preciso repensar as funções do Banco Central. Precisamos aprovar a quarentena para os dirigentes do Banco Central e um código de ética, reivindicado pelos próprios funcionários do banco – finalizou o deputado do PT-SP.



Mercadante apresentou à CPI levantamento sobre as movimentações de compra e venda de dólar de 24 bancos

ACM acha que deputado “não trouxe novidades”

Depois de ouvir o depoimento do deputado Aloizio Mercadante à CPI, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que o deputado “não trouxe novidades em relação a vazamentos e outras informações sobre privilégios a bancos ou corretoras” no período da desvalorização cambial, em janeiro:

– Creio que houve uma expectativa exagerada sobre o depoimento e, por isso, a frustração existente. No entanto, não há dúvida que foi uma colaboração que ele trouxe à CPI. É possível que ele tenha dado elementos para que a CPI busque encon-

trar algum crime nos fatos sob investigação – acrescentou.

Perguntado se não estaria faltando à CPI do Sistema Financeiro “um depoimento contundente”, Antonio Carlos concordou: “Acho”. Sobre a afirmação de Mercadante de que “a família do ministro Bresser Pereira” teria envolvimento com a empresa que avaliou o Banespa, para privatização, o presidente do Senado disse que a informação “deve ser apurada”. Observou, entretanto, que o próprio Mercadante admitiu aos senadores ter “havido algum exagero” na sua colocação.

Mercosul firma convênio sobre comércio exterior

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, representada por seu presidente, deputado Júlio Redecker (PPB-RS), e a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), presidida pelo ex-ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes, firmarão nesta quinta-feira (dia 6), na Câmara dos Deputados, convênio de cooperação técnica para que a entidade privada preste assessoramento à comissão em matérias relacionadas ao comércio exterior.

O convênio compreenderá ainda o estabelecimento de intercâmbio de informações e a organização e realização de eventos que objetivem estudos, debates e divulgação da problemática e das oportunidades geradas pelo Mercosul.

Comissão de Infra-Estrutura faz reunião hoje

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), reúne-se hoje, às 9h, para discutir pauta composta de cinco itens. Entre eles, projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados que trata da ligação rodoviária dos estados do Pará e Maranhão, que faz parte do Plano Nacional de Viação. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Outro projeto que deverá ser analisado pela Comissão de Infra-Estrutura, acrescenta dispositivo ao capítulo da Constituição que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. A proposta é do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e tem parecer favorável do relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Jader elogia depoimento mas não vê fatos novos

Depois de elogiar o trabalho de pesquisa do deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento de criação da CPI do Sistema Financeiro, disse que o depoimento de ontem à noite não trouxe nenhum fato novo. “O deputado indicou números e dados para a atenção da CPI. Mas, criou-se uma expectativa, não por culpa do deputado, de que o depoimento seria capaz de trazer elementos novos.”

Jader salientou que as informações fornecidas por Mercadante se encontram à disposição dos membros da CPI.

A mesma opinião foi manifestada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). “O depoimento foi importante, mas no tocante a irregularidades concretas e a vazamento de informações não trouxe nada de novo. Confesso que me sinto desapontado.” Para Jucá, a variação nas negociações realizadas por 24 bancos, apresentada por Mercadante, é resultado da “natural instabilidade do mercado financeiro”.

A líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), disse que o depoimento indicou caminhos importantes a serem seguidos pela CPI. Segundo ela, as informações do deputado chamam atenção para o trabalho da área de fiscaliza-



Jader: depoimento criou muita expectativa mas não trouxe nenhum fato novo

ção do Banco Central. “Se um deputado pôde fazer um levantamento das operações destas instituições, como isso passou em branco pela fiscalização do BC”, comentou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também fez elogios ao depoimento de Mercadante. “Eu sabia que havia um grupo de bancos que ganhou muito, mas o depoimento trouxe uma enorme quantidade de informações. O trabalho é magnífico.” Simon acredita que o depoimento deve gerar a convocação de autoridades do BC e de alguns bancos para explicarem possíveis irregularidades.

Suplicy: CPI é que deve decidir os seus prazos

Ao comentar declarações divulgadas pela imprensa de que a CPI do Sistema Financeiro encerrará seus trabalhos no prazo regulamentar de 120 dias, sem prorrogação, o senador Eduardo Suplicy afirmou ontem que elas partiram de conversas mantidas no Palácio do Planalto e que são os membros da CPI

que devem definir o prazo necessário à conclusão das investigações:

– Não é o Planalto que estabelecerá limites ao Congresso Nacional, pois a CPI examinará os oito fatos determinados que levaram à sua instalação. Ai, sim, o prazo poderá ser dado como concluído – enfatizou.

Senadores vão ouvir Cacciola na quinta-feira

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no sistema financeiro reúne-se hoje, a partir das 10h, para ouvir os depoimentos do presidente e do vice-presidente da Bolsa de Mercadorias e Futuro (BM&F), Manoel Félix Cintra Neto e Ney Castro Alves.

Na noite de ontem, a CPI decidiu marcar para a próxima quinta-feira, às 10h, o depoimento de Salvatore Alberto Cacciola, ex-dono do Banco Marka, que pôde comprar dólares do Banco Central a preços favorecidos, no dia 14 de janeiro. Cacciola teria dito a pelo menos três pessoas, conforme reportagem da revista *Veja*, que apostou errado na manutenção da política cambial por não ter sido avisado a tempo por um informante do Banco Central.

A CPI decidiu também marcar para a próxima quinta-feira (dia 13) depoimento de Luís Antônio Gonçalves, dirigente do Banco FonteCindam, outra instituição que pôde comprar dólares a preços favorecidos. Foi definido ainda para terça-feira (dia 11) o depoimento do então diretor da área externa do BC Demosthenes Madureira de Pinho.

A comissão de inquérito decidiu também que o presidente e o vice-presidentes da BM&F, que depõem nesta quinta, compareçam acompanhados de quatro superintendentes regionais.



Luzia Toledo concorda que os compromissos do governo não podem ser reduzidos ao ajuste fiscal acertado com o FMI

Luzia apóia o governo na agenda positiva

Ao anunciar ontem a realização da Convenção Nacional do PSDB nos dias 14 e 15 próximos, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) disse que o partido deve aprofundar um debate programático sobre os rumos da social-democracia "neste limiar do século XXI".

A senadora apoiou o esforço do presidente Fernando Henrique Cardoso de colocar em prática uma agenda positiva para o segundo mandato. Ela concorda que os compromissos do governo não podem ser reduzidos ao cumprimento do ajuste fiscal com o FMI.

A senadora elogiou o empenho do presidente em debelar a crise cambial

e ressaltou que a estabilidade de preços com moeda forte não é um fim em si mesmo, mas um meio para a grande meta da retomada do crescimento com justiça social. Luzia disse que o PSDB, partido do presidente, continuará trabalhando, no Executivo e no Congresso, para a aprovação das reformas.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou que é necessário refletir sobre o discurso e a prática do partido. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAS), ele lamentou o que considera pouco interesse dos senadores do PSDB em debater a política social do governo.

Heloísa pede compreensão para Alagoas e Sergipe

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) conclamou o governo federal a demonstrar "sensibilidade e compreensão" com a extrema miséria que assola os estados de Alagoas e Sergipe em função da seca. Ela informa que está em Brasília uma comissão de prefeitos, vereadores e deputados estaduais dos dois estados, que, acompanhada das bancadas



Heloísa Helena informa que a comissão propõe soluções duradouras

federais respectivas, tem mantido encontros com autoridades federais.

Segundo Heloísa Helena, o que a comissão propõe são soluções definitivas para a seca. Se essas solicitações não forem atendidas, diz ela, será organizada uma "Marcha sobre Brasília", proveniente desses dois estados. "Será um acontecimento como ninguém nunca viu", prometeu.

Patrocínio sugere controle sobre comércio de armas

Senador afirma que, a exemplo da Europa, Brasil deve estimular fabricantes a mudarem de atividades. "Só assim teremos segurança", diz

Ao comentar a violência que vem crescendo nas escolas e universidades brasileiras, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu ontem maior rigor no registro e porte de arma de fogo e sugeriu uma reflexão profunda sobre as razões e as conseqüências dos "trotos" a que os "calouros" são submetidos ao ingressar nas universidades.

— As escolas, antes garantia de segurança, são, hoje em dia, causa de preocupação para os pais. É óbvio, também, que a aprendizagem e o rendimento escolar não se mantêm em níveis satisfatórios em um ambiente onde o medo impera — comentou.

O senador pelo Tocantins registrou que, apesar de o Brasil não estar oficialmente em guerra, o número de pessoas que morrem diariamente vítimas de violência intencional ou de balas perdidas é alarmante.

Para Carlos Patrocínio, as facilidades existentes para o comércio de armas e munições podem atuar de forma negativa sobre pessoas com maior grau de descontrole emocional, especialmente crianças e adolescentes.

O senador lembrou que na Europa algumas fábricas de tanques de guerra, após a Segunda Guerra, passaram a



Patrocínio diz que facilidade em comprar arma atrai pessoas com desequilíbrio emocional

produzir tratores e máquinas agrícolas. Ele sugeriu um redirecionamento semelhante para o setor de armamentos no Brasil. Com isso, ele acredita que aumentará a segurança não apenas nas escolas, mas em todos os setores da sociedade.

TROTOS

Sobre os "trotos", Carlos Patrocínio disse que, apesar de algumas pessoas alegarem que esta é uma brincadeira própria da juventude e uma tradição universitária, na verdade o que se vê

são os "calouros" sendo privados de dois direitos constitucionais: o de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, e o de que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu a extinção definitiva dos "trotos" nas universidades. Ele informou que, no Acre, a prática de causar constrangimento físico e moral aos novos alunos foi substituída por uma festa de conagração entre alunos novos e antigos.

Já o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) sugeriu que o "trote" se transforme em atividades de prestação de serviços comunitários ou doação de sangue.

Para o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), é importante alertar e mobilizar a sociedade e todas as autoridades para combater o uso indiscriminado de armas por pessoas que não têm noção do risco que causam a si próprias e a outras.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) ressaltou que a programação das emissoras de televisão também influencia no crescimento da violência entre crianças e adolescentes.

Mozarildo defende ampliação do Mercosul



A ampliação do Mercosul, com a participação de outros países da América do Sul, seria fundamental para o desenvolvimento dos estados do Norte do Brasil. Esse é o ponto de vista defendido pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RO) em entrevista à TV Senado, hoje, às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

O senador destaca que a Venezuela tem produtos que interessam aos estados do Norte como cimento, ferro e calcário.

Europa tem interesse no comércio com o bloco

A Europa tem interesse em restabelecer o fluxo comercial com o Mercosul, reduzido por causa da mudança cambial no Brasil. A afirmação é do representante da Comunidade Européia, Stéfano Gatto, que participa do programa *Debate*, da TV Senado, que irá ao ar hoje, às 13h30 e 21h15.

Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), que também participa do debate, a política econômica e cambial do Brasil deve ser mantida, com os compromissos internos e externos preservados para manter a credibilidade internacional.

Violência contra vereadores de Rio Branco preocupa Nabor

Referindo-se a acusações feitas por pessoas ligadas ao governo do Acre contra vereadores do seu estado, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) relatou ontem, em plenário, a invasão da Câmara Municipal de Rio Branco pela polícia estadual e pediu que nada se faça fora da legalidade. "Não entro no mérito das denúncias, mas espero obediência às formalidades da lei", avisou.

— A história nos ensina que o primeiro passo de toda ditadura é cercado de pretextos aparentemente louváveis, mas, no fim, sempre acabam sendo gerados monstros abomináveis, como o arbítrio, injustiças e violências contra os cidadãos — alertou.

Nabor Júnior disse que vem acompanhando com preocupação o tumulto que domina hoje a vida pública no Acre e o acirramento de ânimos de



Nabor Júnior acompanha com preocupação o "tumulto" que domina hoje a política no Acre

membros do Ministério Público, da polícia estadual e de alguns setores do Judiciário. Em sua opinião, o ponto mais grave dessa crise foi atingido com a invasão da Câmara Municipal de Rio Branco e a tentativa de prisão do vereador José Alex, primeiro-secretário do Legislativo.

Conforme o senador, o vereador foi atirado em um camburão da polícia estadual e levado direto para a penitenciária. A própria Justiça mandou libertar o vereador. Nabor Júnior reconheceu que existem acusações do Ministério Público estadual contra a Câmara de Vereadores, afirmou que é favorável à sua apuração, mas que não admite arbitrariedades.

— Jamais defendi a impunidade, sob qualquer título ou em qualquer forma, mas ao mesmo tempo não admito ações policiais vexatórias — disse.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde Todo Dia — Tai-chi-Chuan
6h30 — Especial Unip — O Sono (2ª parte)
7h — Saúde Todo Dia — Ioga
7h30 — Especial Unip — O Sono (2ª parte)
8h — Saúde Todo Dia — Unibiótica
8h30 — Jornal do Senado
8h55 — Senado em Pauta
9h — Cores do Brasil — Maranhão
9h30 — Entrevista — O senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a expansão do Mercosul
10h — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — CPI do Judiciário (gravada)
16h30 — CPI do Sistema Financeiro (gravada)
21h — Jornal do Senado
21h15 — Debate — O senador José Fogaça e o representante da Comunidade Européia no Brasil, Stéfano Gatto, debatem sobre a integração da Comunidade Européia e o Mercosul

21h55 — Senado em Pauta
22h — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
Após a sessão plenária — CPI dos Judiciários (ao vivo)
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

Saturnino defende taxa sobre capital especulativo

Para ele, Brasil deve seguir o exemplo do Canadá e apoiar a taxação de recursos que rodam o mundo em busca de retorno fácil



Segundo Saturnino, fundo criado com a Taxa Tobin pode gerar cerca de US\$ 200 bilhões por ano

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) defendeu ontem a idéia do economista James Tobin de taxar operações financeiras do capital especulativo internacional para sustentar um fundo de desenvolvimento em escala planetária.

Segundo ele, estima-se que chega a US\$ 1,5 trilhão a soma de recursos que se encontram girando o mundo em vários mercados.

“Desse capital, apenas 0,5% tem alguma ligação com atividade produtiva. O restante é investimento em especulação cambial e juros”, afirmou Saturnino, segundo o qual, se capital fosse taxado em 0,1%, o fundo de desenvolvimento poderia contar com US\$ 200 bilhões por ano.

O Parlamento do Canadá, continuou

o senador, já aprovou uma espécie de decreto legislativo que obriga o governo canadense a apoiar a taxação em fóruns internacionais. Além disso, Saturnino lembrou que França e Austrália já discutem a viabilidade da Taxa Tobin. O senador disse que a idéia é polêmica e que é preciso discutir o que e como taxar, antes de mais nada.

Saturnino anunciou que o Partido Socialista Brasileiro propôs a formação de uma frente suprapartidária em favor da Taxa Tobin.

“Se o Brasil tomar uma posição semelhante à tomada pelo Canadá, poderá iniciar um movimento mundial que necessita apenas de vontade política para ser implementado já no ano 2000”, acredita o senador.

Eduardo elogia ação da Aeronáutica contra o tráfico

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) aplaudiu ontem “a rapidez e eficiência” com que o Ministério da Aeronáutica resolveu o episódio da apreensão do carregamento de cocaína a bordo de um avião C 130 da FAB. “A força identificou culpados, respeitando as normas jurídicas, e reforçou as medidas preventivas visando impedir que tentativas semelhantes voltem a ocorrer”, enfatizou.

Eduardo Siqueira Campos reconheceu ser comum nas sociedades humanas a existência de desvios que atentem contra a moralidade e a convivência civilizada.

– O momento atual está oferecendo exemplos desses desvios em abundância, infelizmente. A Aeronáutica,

porém, comprovou exemplarmente como esses desvios podem ser identificados e coibidos a tempo – disse.

Segundo o senador pelo Tocantins, a atitude eficiente e transparente da Aeronáutica constitui um exemplo para o país. “Isso é verdade, especialmente nesse momento de indignação nacional diante do conjunto de irregularidades que vêm sendo reveladas à nação, através das comissões parlamentares de inquérito do Judiciário e do sistema financeiro, instituídas no Senado”, acrescentou.

Ao finalizar, Eduardo Siqueira Campos lembrou que a parte sã da nação não pode se transformar em instrumento inquisitório, nem em aparelho policial ou de repressão.



Para Eduardo Siqueira Campos, a Aeronáutica demonstrou que “desvios podem ser coibidos”

– É evidente, porém, que o Parlamento, que representa a sociedade de maneira legítima, não pode fazer olhos cegos e ouvidos surdos aos clamores da sociedade por transparência, dignidade e moralidade pública – afirmou o parlamentar.

Projeto institui licença para trabalhador

Mães, pais ou responsáveis poderão faltar a meia jornada de trabalho a cada dois meses para acompanhamento escolar dos filhos menores, se aprovado projeto de lei de iniciativa da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS).

A proposição, enviada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) inserindo um inciso no artigo que trata dos casos em que o trabalhador pode deixar de ir ao trabalho sem prejuízo do salário.

Ao destacar o isolamento dos filhos do convívio com os pais, Emilia salienta que, “nos dias de hoje, a mulher passou a assumir uma posição destacada no mercado de trabalho, dada antes de mais



Com o projeto, Emilia quer aumentar o tempo que os pais dedicam aos seus filhos

nada à necessidade de trabalharem marido e mulher para a composição do

orçamento familiar”.

– Em condições normais, já haveria uma fonte de preocupação em vista dos perigos que a cada dia se fazem mais graves, principalmente nos grandes centros urbanos, sem falar nos perigos usuais que cercam os menores sem cuidados por parte dos pais – observa a senadora.

Seria fundamental, conforme a opinião da senadora, que as empresas tivessem, pelo menos, programas de horário flexível para que os pais pudessem acompanhar melhor seus filhos na escola. Isso refletiria, segundo ela, uma política de recursos humanos voltada para os aspectos sociais, até mesmo para melhorar as relações do trabalhador com as empresas e suas famílias.



Para Requião, constitui “desequilíbrio” o fato de o Judiciário fiscalizar a si mesmo

Emenda de Requião cria controle externo do Judiciário

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou proposta de emenda constitucional (PEC) que cria o Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Poder Judiciário.

A proposta, explicou ele, é semelhante à adotada pelas Constituições da Argentina, Espanha e Portugal. Requião esclareceu que a idéia não atenta contra a separação dos poderes.

De acordo com a emenda, o Conselho Nacional de Justiça será constituído de 20 membros, com mandato de três anos, não-renováveis, escolhidos entre representantes de órgãos e entidades legislativas, judiciais e acadêmicas.

O conselho exercerá faculdades disciplinares sobre os magistrados, tendo ainda, entre suas atribuições, as seguintes: seleção dos postulantes ao cargo de juiz substituto; emissão de súmulas vin-

culantes; decisão sobre a abertura de processo de remoção de magistrado e apresentação de acusação e aplicação de sanção ao juiz infrator; assim como o estabelecimento dos regulamentos necessários à organização judiciária.

– Repara-se, assim, o desequilíbrio que privilegia o Judiciário, cuja fiscalização é realizada pelos seus próprios órgãos internos de correição, contrariando o princípio jurídico que veda ao juiz julgar em causa própria – argumentou Requião.

Em sua opinião, o controle externo do Judiciário propiciará o arejamento dos tribunais e sua exposição à avaliação da sociedade. Desse modo, afirmou, “o Judiciário equipara-se aos outros dois poderes da República quanto à fiscalização de seus atos, pois o Executivo submetete-se à fiscalização do Legislativo, estando ambos submetidos ao voto popular”.

Estevão propõe ampliação da área tombada de Brasília

Brasília pode ter sua área de tombamento aumentada caso seja aprovado projeto de lei de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) prevendo que as áreas do Lago Norte, Lago Sul, Setor de Mansões do Lago Norte e Setor de Mansões Dom Bosco sejam incorporadas à área de preservação tombada junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O projeto será examinado pela Comissão de Educação, para onde foi enviado em caráter terminativo.

– As áreas abrangidas na proposição que ora apresentamos constituem complemento importante da escala bucólica de Brasília, caracterizando-se pelo franco predomínio do verde, idéia do urbanista Lúcio Costa, que trouxe para a escala residencial o embrião de uma nova maneira de viver – afirmou o senador.

Para Luiz Estevão, a situação em que se encontra Brasília, “este patrimônio mundial”, que vem sofrendo pressões migratórias, com atração de movimentos populacionais de todas as regiões brasileiras, torna urgente a necessidade de se encontrarem meios de preservar a integridade da ca-



Luiz Estevão argumenta que é preciso preservar “a escala bucólica de Brasília”

pital. Ele acha evidente a crescente conscientização da sociedade em relação à preservação de Brasília, mas defende que é necessário maior suporte legal para uma efetiva manutenção da concepção urbanística.

– Esse patrimônio, pertencente a todo cidadão brasileiro e não apenas aos que nele residem, teve seu núcleo tombado, mas carece de uma maior área de proteção que permita manter sua concepção urbanística, nas escalas propostas no projeto original – justificou o senador.